Imprensa em municípios emancipados nos anos de 1990: o caso de Vale do Sol/RS[1]

Fernanda Finkler, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS - UNISC[2]

Resumo
Este artigo problematiza o surgimento da imprensa local em municípios jovens e a relação com o desenvolvimento local e regional. Leva-se em conta a convergência de três processos na década de 1990: a redemocratização do país, as emancipações municipais e o progresso das tecnologias de comunicação e informática. A discussão é centrada no caso do jornal local Folha Vale do Sol, do município de Vale do Sol/RS, Brasil, considerando seu surgimento e estruturação. Este jornal possui uma realidade própria, porém representativa da região onde está inserido e de outros municípios jovens brasileiros. Foi realizado estudo bibliográfico a respeito dos três processos citados, observação sistemática do jornal local e entrevista semi-estruturada com o proprietário do veículo.

Palavras-chave
Redemocratização; Emancipações político-administrativas; Tecnologia da informação; Jornal local; Desenvolvimento Regional.

Introdução

Este artigo[3] reflete sobre o surgimento da imprensa local em municípios jovens e a relação com o desenvolvimento local. Nesse sentido, é levado em conta a redemocratização do Brasil a partir da Constituição de 1988, quando ficou garantido o direito de liberdade e democracia no país. Tendo como marco a publicação da Carta Magna, é discutido o grande número de emancipações ocorridas na década de 1990. Estas só foram possíveis, porque a esfera estadual passou a ter maior autonomia sobre a decisão de fragmentação do seu território e os municípios tornaram-se entes federativos, tendo direito a repasses de verbas diretamente da União. A criação de novos municípios, com consequente melhoria estrutural e oferta de serviços, criou ambiente favorável ao surgimento da mídia local. Também contribuíram significativamente os avanços tecnológicos na área da comunicação e informática para tornar-se viável, de forma técnica e econômica, o desenvolvimento de mídia fora dos grandes e médios centros urbanos.

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, do X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Mestranda em Desenvolvimento Regional no PPGDR da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), bolsista do CNPq. Graduada em Jornalismo pela mesma Universidade. E-mail: finklerfernanda@gmail.com
[3] Este artigo é parte da dissertação de mestrado que está sendo produzida pela autora, com defesa prevista para março de 2011, no PPGDR da UNISC.

Para exemplificar é abordado o surgimento e a estruturação de um jornal impresso local, a Folha Vale do Sol. Criada em 1995, dois anos após a instituição da primeira administração Executiva e Legislativa do município de Vale do Sol[4]. Este jornal representa uma realidade própria, porém situações similares ocorreram em mais dois, dos nove municípios emancipados na década de 1990 naquela região – que corresponde a região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (Corede – VRP)[5]. Acredita-se que em muitos municípios jovens no Brasil este fenômeno tenha sido recorrente. No entanto, até o momento, não há pesquisa científica abrangendo todo o país que trate sobre esta questão específica, mas sim, pesquisas de conclusão de curso ou de *lato* e *stricto sensu*, principalmente na área da Comunicação Social que abordam casos[6]. Tais estudos são extremamente válidos, pois contribuem com subsídio a futuras pesquisas de maior âmbito. Por isso, neste artigo se justifica a abordagem de um caso. Além disso, um exemplo real permite considerar a complexidade das questões envolvidas como a sustentabilidade de um negócio e a qualidade jornalística de uma publicação impressa local.

Para buscar informações sobre a história, trajetória e estrutura do jornal, bem como aprofundar algumas temáticas foi entrevistado o proprietário da publicação que também atua na gerência do negócio e supervisiona a redação. E, no intuito de conferir a linha editorial da publicação, a mesma foi observada sistematicamente ao longo do primeiro semestre de 2010 através da leitura semanal. Porém o objetivo não foi realizar análise de conteúdo, mas conferir, a partir da leitura, as temáticas e os atores da sociedade presentes no periódico, para verificar a participação e representação do município e seus cidadãos na imprensa local.

[4] Município foi emancipado em 1992, sendo desmembrado de Santa Cruz do Sul (90%) e de Candelária (10%). A primeira administração tomou posse em 1993. Conforme dados do IBGE reunidos no site da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Vale do Sol tem área de 328,2 km² (2008), com 10.959 (2008) habitantes, destes 9.838, equivalente a 89,77 %, estão configurados como população rural e, apenas 1.121, igual a 10,23%, como urbana. Ainda, segundo informações desse sítio, a densidade demográfica é de 33,4 hab/km² (2008), taxa de analfabetismo 7,57% (2000), com expectativa de vida de 72,35 anos (2000) e coeficiente de mortalidade infantil de 19,42 por mil nascidos vivos. A base econômica é a agricultura familiar, sendo o sétimo maior produtor de tabaco do Rio Grande do Sul (AFUBRA, 2009). O Produto Interno Bruto (PIB) no Município, em 2006, foi de R$ 135.708,00 e PIB per capita foi de R$ 12.751.

[5] Os conselhos regionais foram criados em 1991, durante o governo estadual de Alceu Colares, do Partido Democrático Trabalhista (PTB). O Corede – VRP foi instalado em dezembro daquele ano, em Rio Pardo, sob coordenação do prefeito da época, Paulo Begnis. Este foi o 20º Corede instituído no Estado. Atualmente são 28. O Corede VRP é formado por 23 municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibaram, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz.

[6] Entre os estudos que tratam sobre a temática está a dissertação que venho produzindo ao longo deste ano, com o título provisório: *O estabelecimento da imprensa local escrita nos municípios emancipados na década de 1990 na região do Corede - VRP*.

1. Volta da democracia

Um marco em relação à redemocratização do Brasil foi a promulgação da Constituição em 1988. Ela garantiu a liberalização e a permanência da pluralidade política, colocando entre seus fundamentos "a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa" (BRASIL, 2010). Além de recuperar a liberdade de expressão e de imprensa tão duramente cerceados durante o período de exceção. Após 21 anos de Ditadura e três de transição para o regime democrático, foi possível perceber que a Carta Magna tinha como preocupação central a garantia dos direitos dos cidadãos.

No entanto, os anos de sistemática repressão acabaram sendo introjetados no cotidiano, internalizados na maneira de agir e pensar da sociedade. A década de 1990 inicia com um Brasil democrático quanto à sua legislação, porém com seu povo ainda aprendiz dos mecanismos da democracia. Foram mais de vinte anos sem exercer o direito a voto direto, em um Estado clientelista e opressor. Ao falar de Estado e governantes, quando observada a história do país, percebe-se que a participação cívica nunca foi forte ou engajada. Houve momentos mais intensos, porém curtos, se comparados com os anos de dominação das elites. Carvalho (2001) lembra que o Brasil herdou de Portugal uma tradição cívica hesitante:

> Em três séculos de colonização (1500 - 1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, lingüística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época de independência [1822], não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira (CARVALHO, 2001, p.17).

O autor diz que a formação cívica no Brasil aconteceu muito mais a partir de direitos propostos pelo Estado (de cima para baixo), do que de ações, reivindicações e mobilizações populares ou de organizações sociais (de baixo para cima). E comenta a era Vargas (1930 a 1945), quando muitos direitos sociais foram dados, sem antes haver a liberdade de exercer os direitos políticos. Conforme o pesquisador, assim acaba por invertida, pelo Estado, a ordem do surgimento dos direitos descrita por Marshall. "Os

trabalhadores foram incorporados à sociedade por virtude das leis sociais e não de sua ação sindical e política independente" (CARVALHO, 2001, p. 123).

Uma das consequências dessa inversão, na opinião do pesquisador é a valorização exacerbada do Poder Executivo, porque até 1988 a maior parte dos direitos sociais foram implantados em períodos ditatoriais, quando o Legislativo não existia ou era somente ilustrativo. Sendo criada uma cultura voltada para o Estado e não para a representação, em outras palavras, a população acabava por colocar suas esperanças em uma personalidade, uma pessoa que viria resolver os problemas do país, ao invés de prestar atenção aos representantes eleitos para legislar por eles. Isso pode ser visto quando Fernando Collor de Mello[7] foi eleito presidente em 1990, com o *slogan* "caçador de marajás". Realizou uma campanha midiática utilizando a televisão com imagens que remetiam a uma pessoa atlética, jovem, sendo a renovação naquele momento de redemocratização do Brasil. No entanto, dois anos após a posse, sofreu um processo de *impeachment*, no qual a população manifestou-se nas ruas, em especial, com o movimento estudantil *caras-pintadas*. Foi o princípio de um longo aprendizado que vem sendo feito pelo povo brasileiro em busca de exercer a sua cidadania. Entretanto, como diz Carvalho (2001), é preciso mais tempo para a democracia no Brasil se fortificar e se consolidar:

> Sua consolidação nos países que são hoje considerados democráticos, incluindo a Inglaterra, exigiu um aprendizado de séculos. É possível que, apesar da desvantagem da inversão da ordem dos direitos, o exercício continuado da democracia política, embora imperfeita, permita aos poucos ampliar o gozo dos direitos civis, o que, por sua vez, poderia reforçar os direitos políticos, criando um circulo virtuoso no qual a cultura política também se modificaria. (CARVALHO, 2001, p. 224)

A legitimação da democracia se reforça a cada nova eleição e os meios de comunicação são peças importantes nesse processo. Costa (1997) assinala que a partir da democratização do país no final da década de 1980, houve mudanças significativas no comportamento dos veículos de comunicação nacional. Estes assumiram um posicionamento através do qual podem ser vistos como "veículos propulsores do

[7] Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito por voto direto após o Regime Militar, em 1989. Ele exerceu o cargo de 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992. Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor, pelo início do Programa Nacional de Desestatização e pela abertura do mercado nacional às importações. Ele renunciou ao cargo buscando evitar um processo de *impeachment* por acusações de corrupção. Mesmo assim, o processo seguiu e Fernando Collor teve seus direitos cassados por oito anos por determinação do Senado Federal, e só foi eleito novamente para cargo público em 2006, tomando posse como senador por Alagoas em 2007.

processo de construção das esferas públicas locais" (s/n.). Também Melo (2006) reforça essa ideia ao dizer que, no Brasil, a mídia teve papel decisivo na consolidação da democracia após a ditadura de 1964, "investigando as mazelas da sociedade e denunciando publicamente os desvios praticados por pessoas ou entidades" (p.101). Porém, os autores não deixam de criticar fortemente as limitações que a mídia apresenta, sendo influenciada pelo capital financeiro, por políticos, instituições e grupos organizados, ou seja, acrescentam haver ainda limitações a serem superadas. Mesmo assim, não descartam a relevância da imprensa.

2. Busca por melhorias locais

Assim como a Constituição de 1988 marca a redemocratização do país e amplia os direitos dos cidadãos brasileiros, ela pontuou mudanças de direcionamento quanto às competências e funções institucionais dos diferentes níveis de poder. A descentralização fiscal e política são as principais características da Carta Magna, sendo destacada a transmissão de maior independência de gestão institucional pública para estados e municípios. Foi dessa maneira que, segundo Tomio (2002, p. 61), os municípios conquistaram "a mais ampla autonomia política da história republicana": a condição de entes federativos. Ele revela que a composição federativa brasileira, com três níveis políticos constitucionalmente autônomos - a União, os Estados (e o Distrito Federal) e os Municípios – são algo incomum em outros países com este tipo de organização política (TOMIO, 2005).

Com estas mudanças, passa para o Estado a capacidade de estabelecer legislação complementar relativa à criação de municípios. Por isso, os processos emancipatórios se deram em diferentes intensidades nas unidades da federação (BAUER, 2009). No ano da promulgação da última constituição brasileira, o país tinha 4.182 municípios, em 2001, passou a contar com 5.564. Portanto, em treze anos aumentou 32% o número de novos municípios. Contudo, Tomio (2005) assinala que o Rio Grande do Sul, entre os 26 estados da nação, foi aquele que mais fragmentou o seu território. Ele diz serem cerca de 20% dos municípios emancipados após 1988, do território gaúcho. Acrescenta que para cada cinco emancipações naquele período, uma aconteceu nesse ente federativo. Bauer (2009) expõe que a maioria desses municípios jovens têm menos de vinte mil habitantes, enquanto que Simões (2004) afirma que o período Pós-Constituição de 1988 favoreceu, principalmente, o surgimento de micromunicípios, com até 5 mil habitantes.

Outro ponto lembrado por Simões (2004) e Bauer (2009) é a questão da dependência dos pequenos municípios de recursos vindos do estado e da União, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). De acordo com Bauer (2009) este se apresentou como uma das principais motivações para a disseminação de municípios, porque não implica em gerar aumento ou novos impostos para a população local, nem mesmo ocasiona dano ou perda ao município-mãe. Afinal, eles acabam por depender de repasses estaduais ou da União, o que consequentemente, desequilibra o federalismo fiscal. É nesse ponto que se baseiam os contrários à grande fragmentação ocorrida, pois acreditam que a sociedade, como um todo, sairia perdendo. Já os defensores das emancipações viam esta como a possibilidade de promover a interiorização do desenvolvimento.

Mueller (2007), em sua pesquisa demonstra ser objetivo específico da mobilização emancipacionista o desenvolvimento local, onde a solução de problemas estruturais e melhoria em serviços públicos estariam em primeiro plano, vindo a seguir, o fomento do comércio e indústria local ou a criação de mais empresas e indústrias. Já Tomio (2005), complementa ter sido o contexto político e institucional responsável pelo estímulo dos líderes locais a buscar a emancipação. Destaca o papel fundamental da autonomia decisória sobre a temática do poder Legislativo estadual gaúcho em relação às pressões contrárias do poder Executivo. Além de grande parte dos legisladores serem apoiadores ou militarem a favor da causa municipalista, pois sendo uma ação praticamente clientelista era passível de gerar votos no futuro.

Outra particularidade apontada pelo pesquisador é a criação da Comissão de Assuntos Municipais (CAM) no Rio Grande do Sul, nos anos de 1980, órgão que agilizava a burocracia e operava "como uma entidade "guarda-chuva", reunindo e organizando vários grupos de interesse municipalistas gaúchos (...). Também atuou como parte de uma rede nacional, realizando intercâmbio de informações e agregando esforços com outras organizações no Brasil" (TOMIO, 2005, p. 137). Esta conjuntura é o que explica a grande criação de novos municípios após 1988. Para ilustrar, somente entre 1990 e 2001[8], foram implantados 194. Assim, o estado naquele período, passou de

[8] Em 1996, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 15 que interrompeu a possibilidade de novas emancipações. Porém, todos que já tinham realizado plebiscito e estavam com a lei de criação do município sancionada, foram instalados, havendo o caso excepcional de Pinto Bandeira, que pertencia a Bento Gonçalves. Este foi o único local que após ter se tornado município, retornou a posição de distrito por imposição de uma liminar do Supremo Tribunal Federal. Essa situação foi revertida no dia 12 de julho de 2010, após sete anos de reivindicações.

333 para 497 municípios. Destas emancipações, na década de 1990, nove[9] foram na região que compõe o Corede - VRP. Dos nove, em três municípios surgiu à imprensa local representada por jornais impressos, entre eles, a Folha Vale do Sol, em Vale do Sol. Veículo que será abordado no item 4 deste trabalho.

3. Influência do progresso tecnológico

Junto com o "fenômeno" das emancipações na década de 1990, se viu no Brasil a abertura econômica ao mercado externo e as tecnologias da informação e comunicação alcançaram desenvolvimento tal, que puderam ser acessadas não somente pelas grandes corporações, mas pelas médias e pequenas empresas, bem como, pela população em geral.

Oficialmente, as tecnologias da informação e da comunicação surgiram ao longo da década de 1960 e 1970 refletindo o progresso da indústria eletrônica nos Estados Unidos, a interação que existiu entre a ciência, a pesquisa universitária e a pesquisa militar. Era período de Guerra Fria, marcado pela corrida armamentista e espacial. Daquela época até a contemporaneidade, a configuração geopolítica se modificou e os avanços nas tecnologias de comunicação e informática se desenvolveram em proporção exponencial havendo uma transmutação do analógico para o digital. Da televisão com imagens em preto e branco, se chega, em 2010, as televisões com imagens em três dimensões. De computadores que ocupavam um prédio, têm-se aparelhos celulares que cabem na palma da mão funcionando como telefone, máquina fotográfica, câmera de vídeo, gravador de voz e mini computador com acesso a internet. Muito mais poderia ser comparado a respeito dessas mudanças, mas a comparação não é o foco principal deste artigo.

As inovações tecnológicas realizadas ao longo do século XX e a mudança de paradigma influenciaram e afetaram todas as áreas do conhecimento e, de maneira muito intensa, a comunicação. O desenvolvimento da tecnologia da informação teve consequências diretas nos instrumentos de fazer e na maneira de pensar a Comunicação. Quando se utiliza a palavra instrumentos refere-se aos equipamentos e aos objetos desenvolvidos que trouxeram mais velocidade às práticas comunicacionais e, mesmo, criaram novas práticas e extinguiram outras, diminuindo e barateando as etapas de produção.

[9] Mato Leitão, Passo do Sobrado, Sinimbu e Vale do Sol, emancipados em 1992; Estrela Velha, Herveiras, e Passa Sete, Vale Verde, emancipados em 1995; e Lagoa Bonita do Sul, em 1996.

Na década de 1980, já ocorria nos parques gráficos um processo de renovação do maquinário empregado. Em seguida, nos anos 90, foi a vez do advento da internet, a popularização dos computadores pessoais e a informatização das redações da imprensa (CAPARELLI, 1997). Nos anos 2000, a convergência de mídias se solidifica, passam a se interligar texto, áudio e vídeo (nos telefones celulares, na internet, em especial). "A integração potencial de texto, imagens e sons no mesmo sistema – interagindo a partir de pontos múltiplos, no tempo escolhido (real ou atrasado) em uma rede global, em condições de acesso aberto e de preço acessível – muda de forma fundamental o caráter da comunicação" (CASTELLS, 2000, p. 414). Nisso entra a questão da leitura não-linear, do hipertexto. Este consiste na possibilidade de percorrer trajetórias em diferentes sentidos a partir de um conjunto de diferentes tipos de informações (MONTEIRO e AFONSO, 2005).

No entanto, é preciso salientar que o acesso ao computador e à internet ainda não são possíveis a qualquer brasileiro que queira, mas aos que podem pagar e que sabem como utilizar. Conforme pesquisa realizada em 2009, pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, apesar do número de domicílios com computador ter atingido seu maior nível de crescimento desde 2005 – início das sondagens - o acesso à internet não acompanhou este aumento. É possível notar acréscimo na proporção de lares com computador, mas sem acesso à rede, revelando que o custo de ter internet ainda é elevado e um fenômeno urbano. "Temos a banda larga mais cara do mundo e ainda insuficiente porque só existe nos grandes centros e zonas ricas do país" (SANTOS, 2010, p.55). O autor enfatiza a necessidade de mudança. Ele declara que o governo brasileiro está ciente e atua no sentido de democratizar a aquisição de computadores e o acesso à internet de banda larga ao interior, área menos atraente às empresas de telecomunicação presentes no mercado brasileiro.

O interior não é apenas desinteressante para as empresas de telecomunicação. Outros ramos também são mais difíceis de serem encontrados fora dos centros[10], entre eles está a *grande mídia*, em particular para este trabalho, os jornais impressos nacionais. Veículos que se dizem de âmbito nacional, mas que têm em um país de proporções continentais, como o Brasil, dificuldade de distribuição fora dos pólos urbanos, além do preço da assinatura ser mais cara. Essas lacunas tentam ser

[10] Esta temática, voltada para a televisão, está sendo abordada no grupo de estudos do qual a autora participa, intitulado: *As representações da heterogeneidade regional do Rio Grande do Sul no Jornal Nacional, da Rede Globo*. A pesquisa é coordenada pelas jornalistas professoras doutoras Ângela C. T. Felippi e Fabiana Piccinin, e pelo geógrafo professor doutor Rogério L. L. Silveira, desenvolvida no PPGDR/UNISC.

preenchidas pelos jornais estaduais. Da mesma forma, os *grotões* – locais muito afastados da área urbana - não apresentam custo/benefício para justificar a venda de assinaturas e entrega da publicação. Então, os jornais regionais atendem uma parcela dos *abandonados* pelas mídias nacionais e estaduais, porém a estrutura da empresa também não comporta a complicada logística de entrega do produto no *interior do interior*. Mais uma vez, a distribuição da publicação se mostra desvantajosa na periferia dos municípios. É nesse ponto que os jornais locais, como o estudado neste artigo, merecem destaque. Este tipo de publicação vem com preço da assinatura mais acessível, possibilitando que grupos com menor poder aquisitivo, quando alfabetizados e com interesse em adquirir um jornal, tenham essa opção à disposição. Tais veículos de comunicação conseguem realizar a distribuição no centro e periferia dos municípios. Em geral, tratam principalmente de assuntos locais ou ligados ao Poder Público local. São periódicos que apresentam limitações e problemas também, mas estão presentes onde os demais veículos não têm interesse de se fazer presentes e onde, muitas vezes, o desenvolvimento e a cidadania estão mais fragilizados.

4. O nascimento de um jornal

A Folha Vale do Sol[11] foi criada por Alexandre Finkler, na época com 18 anos[12], e Gilmar Goulart Pinto, com 24 anos. Os jovens se conheceram quando trabalhavam no setor de venda e entrega do jornal *É Notícia* - já extinto -, produzido em Vera Cruz, município vizinho. Eles viram no novo município a oportunidade de abrir um negócio: o jornal local.

> Quando o jornal surgiu fazia dois anos da emancipação. O município já estava se estabelecendo, melhorando com maquinário [patrolas e caminhões]. (...) Se não fosse local emancipado certamente não iríamos investir ali. Porque um grande parceiro nosso sempre foi a prefeitura, que é a maior responsável social pelo município. O veículo de comunicação também tem uma responsabilidade social. Sempre fomos parceiros da prefeitura e da Câmara [de vereadores] para divulgar o que de bom estão fazendo. Sem o apoio, no começo, da prefeitura, do Executivo, certamente a gente não iria começar o jornal. Como havia necessidade deles também de terem um veículo de

[11] A palavra *folha* foi utilizada em alusão a *folha de fumo*, principal produto produzido no município e, também, por ser um jornal de poucas páginas. Os proprietários acharam que a palavra folha combinaria melhor do que jornal, como foi utilizado ao longo dos dois primeiros anos. Outra questão está no fato do jornal regional, Gazeta do Sul, ter forte presença e ser o sinônimo de jornal para as pessoas, tanto que, durante muitos anos, se referiam a Folha Vale do Sol como Gazetinha.

[12] Na época a maior idade só era atingida aos 21 anos, por isso Alexandre precisou se emancipar para adquirir direitos civis de adulto e poder abrir o negócio. Desde 2003, com a mudança da lei, aos 18 se atinge a plenitude de direitos civis, podendo ser feita a emancipação a partir dos 16 anos.

> comunicação onde eles publicassem, inclusive, os editais e mostrassem à população o que eles estavam fazendo, veio a calhar. (Alexandre Finkler[13], proprietário da Folha Vale do Sol)

A primeira edição da publicação foi no dia 14 de julho de 1995, com circulação quinzenal, tiragem de dois mil exemplares, distribuição gratuita, mantida pela venda de anúncios. Segundo o proprietário, Alexandre Finkler[14], esse modelo de distribuição foi necessário, porque, anteriormente, outro jornal havia sido fundado com proposta de abranger Vale do Sol e o município vizinho, Sinimbu. Porém, foram vendidas assinaturas, mas o jornal durou poucas edições e, em uma delas, publicou fotografia de meia página da família do prefeito de vale do Sol, com o nome do prefeito de Sinimbu, perdendo a credibilidade. Por isso, foi necessário demonstrar para a população valessolense que o novo jornal não "daria calote" nos assinantes e tinha sido criado para durar e para ter identidade com a comunidade local.

Naquele primeiro ano, a produção da publicação foi feita com uma máquina de escrever emprestada do pai de Alexandre, Ireno Finkler, e câmera fotográfica analógica de Gilmar Goulart Pinto[15]. Utilizavam laudas para escrever os textos e as fotografias, que eram impressas, tinham no verso calculado o tamanho para reduzir ou ampliar ou tinham um tampão, deixando a mostra a parte a ser publicada. Era necessário realizar um cálculo para que todo o conteúdo escrito nas laudas coubesse no espaço da página do jornal. As primeiras edições tiveram a composição (montagem) feita pela Folha de Candelária, do município de Candelária, a 16 km de Vale do Sol. Porém, como os dois jornais tinham fechamento na quinta-feira, a Folha de Candelária deixou de prestar o serviço. Então, o processo de composição, fotolito e impressão das páginas passou para a Gráfica Gazeta[16], em Santa Cruz do Sul, a 45 km de distância. Algum tempo depois, esta empresa deixou de realizar a tarefa. Passando a ser feita em outra empresa no

[13] Entrevista realizada no dia 27 de junho de 2010.
[14] Em 1997, Gilmar Goulart Pinto vendeu sua parte do jornal para Lídia Tondello Finkler, mãe de Alexandre. Ela também assumiu dívidas que o jornal tinha com o INSS, FGTS. Lídia trabalhou durante um período no empreendimento até haver maior estabilidade financeira e organização empresarial, repassando, mais tarde, a total responsabilidade gerencial do negócio para o filho.
[15] Concomitante com a criação do jornal, a dupla abriu um estúdio fotográfico. Assim, além de haver renda vinda de outro negócio, se conseguia desconto para a revelação das fotografias do jornal, tarefa necessária semanalmente e de alto custo. Quando Gilmar Goulart Pinto vendeu a sua parte no final de 1997, o estúdio foi fechado. Então, junto com o jornal se colocou uma locadora de vídeo, fechada em 2003.
[16] A Gráfica Gazeta faz parte do Grupo Gazeta de Comunicação, são proprietários do jornal regional diário Gazeta do Sul, do semanário Gazeta da Serra (sobradinho), duas rádios AM (Rádio Gazeta AM e Gazeta AM Rio Pardo) , duas FM (Gazeta FM 101.7 e Gazeta FM Sobradinho), de um provedor de internet (Viavale), um portal de notícias (Gaz), uma editora (Editora Gazeta), uma produtora de eventos (Gazeta/Inside) e uma fundação (Fundação Gazeta – Jornalista Francisco José Frantz), além da concessão de um canal de TV aberta.

município de Venâncio Aires, a 72 km, mas a impressão continuou na Gráfica Gazeta, onde é realizada ainda hoje.

Este processo perdurou o primeiro ano. Em 1997 iniciaram a venda de assinaturas e a publicação tornou-se semanal. Com o dinheiro das assinaturas e anunciantes compraram um computador 386[17], da empresa de Venâncio Aires, pago em seis vezes, com dificuldade, conforme o proprietário Alexandre Finkler. A partir desse momento, a Folha Vale do Sol passou a ter as páginas produzidas de forma digital. Por pouco tempo usaram o *software* Página Certa, migrando em seguida para o *PageMaker*[18]. Também a partir de 1997 havia uma secretária que digitava os textos manuscritos e era responsável pelas demais tarefas de secretariado e atendimento ao público. Cerca de um ano depois, compraram uma impressora e, em seguida, um *scanner*.

> Teve tempo que agente mandava o jornal em disquete, mas o disquete era pequeno. Daí, surgiu o MD [minidisck]. (...) depois tinha o Zip, foi também pouco usado e depois também, surgiu o FTP da Gazeta, quando entrou a Viavale lá. Aí, a gente começou a mandar direto pela internet. (Alexandre Finkler, proprietário da Folha Vale do Sol)

A Gráfica Gazeta passou a utilizar a transmissão de dados dos jornais de fora do Grupo Gazeta em 1997, mas a adesão do novo processo pela Folha Vale do Sol ocorreu ao longo de 1998. A redação da Folha Vale do Sol foi se adequando de acordo com o surgimento das novas tecnologias, mas sempre levando em conta o custo benefício da aquisição do equipamento. Alexandre Finkler ressalta que além do computador, a câmera fotográfica digital[19] adquirida por volta de 97 e 98, foi muito importante, pois deixaram de gastar com a impressão de fotografias, entre um e dois salários mínimos por mês, na época. O acesso à internet discada também veio por volta de 97 e 98, conforme aprendiam a transmitir o jornal em páginas de PDF para o FTP da gráfica. Desde então, foram adquiridos mais computadores e contratados mais funcionários. Atualmente, o jornal tem cinco computadores, uma impressora multifuncional, duas câmeras fotográficas digitais e um automóvel. Na redação, vendas e secretariado há

[17] Os computadores pessoais com microprocessador 386 produzidos pela Intel revolucionaram o mercado por terem a capacidade de executar mais de uma tarefa simultaneamente. Surgiu em 1986 e foi fabricado até 1994. (Rioservice, 2010)
[18] O *PageMaker* foi sendo atualizado até 2008, quando passaram a utilizar o *InDesign*.
[19] A câmera fotográfica digital era uma Olimpus de 1.3 mega pixel. Foi adquirida por cerca de 700 dólares, através de um primo de Alexandre Finkler que trabalhava em uma empresa de aviação. O equipamento veio importando de Miami, Estados Unidos, pois não havia para comprar na região e, nem mesmo, no Paraguai, conforme Finkler.

quatro funcionárias. Na distribuição mais quatro entregadores, que utilizam veículo próprio (moto ou bicicleta). A tiragem da publicação é de 1.300 exemplares e permanece semanal. Ainda, desde 2009 foram inseridas páginas com matérias do município de Herveiras[20] em um movimento de expansão do negócio. Mas o proprietário ressalta que permanece a ideia de ser um jornal local, porém atendendo os dois municípios.

4.1 Pró-desenvolvimento

Como pode ser percebido até aqui, o jornal surgiu como uma oportunidade de negócio a partir da criação de um novo município, com uma visão funcional do jornalismo, ou seja, apenas informar a população sobre as ações do poder local que estava recém instalado, buscando legitimar o mesmo, bem como fazer com que a comunidade se sentisse compondo esta nova unidade, um município e não mais um distrito. A emancipação de Vale do Sol foi conquistada com diferença a favor de 8,7% dos votos válidos[21]. Também o primeiro governo venceu as eleições com apenas 2,1% de vantagem sobre os adversários[22]. Isso demonstra que a população desse novo ente federativo não emancipou por consenso total e, muito menos, a administração recém eleita tinha apoio de uma maioria massiva. Apesar disso, a linha editorial da publicação foi descrita pelo proprietário, Alexandre Finkler, como "pró-desenvolvimento do município", que "sempre teve a finalidade de divulgar o que de bom está acontecendo no município".

Outro fato relevante na relação entre o jornal e a construção do jovem município de Vale do Sol e, talvez, ao caráter oficialesco a que ele se propõe está associado à trajetória do pai do proprietário Alexandre. Ireno Finkler é natural de Três Barulhos, localidade de Vale do Sol. Aos 11 anos mudar-se para um internato podendo assim continuar os estudos. Acabou se formando em Filosofia, Estudos Sociais, além de ter cursado dois anos de Teologia. Ele trabalhou por 18 anos na direção do *jornal Mundo Jovem*, da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), em Porto Alegre. Retornou para a terra natal em 1987, casado, com quatro filhos. Ele iniciou o movimento para emancipar

[20] Herveiras foi emancipado no dia 28 de dezembro de 1995, fica a 191km de capital, tem 2.825 habitantes e território com 118,28 m². É um município essencialmente agrícola, predominando o cultivo de tabaco. (IBGE, 2010)
[21] No plebiscito de 10 de novembro de 1991, 2.542 pessoas votaram a favor da emancipação; 2.135 votaram contra, com 86 votos em branco e 49 nulos, totalizando 4.812 eleitores, porém 4.677 votos válidos.
[22] Na eleição de 1992, Nelson Michel (PMDB), venceu com 2.871; Beatriz Krainovic (PP) perdeu com 2.753, sendo a diferença entre os votos válidos de 118 votantes. Ainda, 261 pessoas votaram em branco e 60 nulos, tendo sido apurados o total de 5.945 votos.

as localidades que formavam o 7º Distrito de Santa Cruz do Sul, atual Vale do Sol, apoiado por um grupo local. Ao ser formada a Comissão Emancipacionista, Ireno foi eleito presidente da mesma e, em 1992, junto com Nelson Michel, eleito vice-prefeito na coligação União popular, PMDB e PT. Acredita-se que este seja um dos motivos do contexto pró-desenvolvimento tão forte presente até hoje nas páginas do jornal.

> Tinham muitos que apesar de estarem vendo que o município estava indo pra frente, apostavam contra, mesmo que acontecia crescimento. Mas a gente acreditava no município, acredita até hoje. E a cada ano vem melhorando, a gente percebe que passa administração, cada um dá o melhor de si, dentro das suas limitações. Acredito que todos que administraram Vale do Sol, fizeram uma boa administração, a gente vem progredindo. (Alexandre Finkler, proprietário da Folha Vale do Sol)

Também é provável que essa seja a razão pela qual é pouco visto nas páginas do jornal denúncias e matérias críticas à administração pública.

> Se há alguma denúncia, fundada, de importância para o município, a gente certamente vai estar ali para apurar ou tentar descobrir o que está acontecendo, mas a gente motivar a denúncia, não. Agora, se um vereador faz a denúncia ou se um cidadão vai lá e pede, a gente vai, e faz a reportagem.
> - Ó aqui, faz um ano que não passa uma patrola, vem aqui, vamos fazer uma reportagem. É um assinante, é um leitor que entra em contato com a gente, a gente vê que não existe uma pretensão política, porque muitas vezes as pessoas querem usar o jornal ou pra se projetar na comunidade ou pra criticar por causa de uma briga de vizinho. Então, se a gente vê que não é uma coisa, é uma critica assim, meio infundada, que é uma briga de vizinho a gente pede que assinem em cartório e faça um "a pedido" [pago]. Agora, se é alguma coisa que mereça um atendimento jornalístico, a gente vai e faz. (Alexandre Finkler, proprietário da Folha Vale do Sol)

Na fala acima e observando a publicação percebe-se o esquivamento, a tendência de evitar-se a busca espontânea por pautas que tragam críticas explícitas, aguardando sempre um movimento externo à redação. Também fica evidente que para o proprietário, notícias mais polêmicas são divulgadas em caso de terem como efeito comentários, discussões ou ações que reverberem naquilo que para ele seria melhoria, seria "de importância para o município".

Considerações finais

A Constituição Cidadã configurou um novo cenário no Brasil. A década seguinte iniciou com a população apreendendo e experimentando as regras e procedimentos da democracia. Houve ao longo dos anos - como continua havendo - mudança na cultura política dos brasileiros e a democracia vem se consolidando. A imprensa aparece como um ator importante nessa consolidação ao mesmo tempo em que, inúmeras vezes, demonstra-se relapsa quanto a sua função social, entre elas, a de "vigiar" o Poder Público.

No caso apresentado neste trabalho, é estreita a relação veículo de comunicação e Poder Público no jovem município de Vale do Sol/RS. O jornal local surge como consequência direta da instalação do primeiro governo municipal, por haver a certeza de que o Executivo e o Legislativo publicariam os anúncios oficias em suas páginas. Por outro lado, existiu a percepção da necessidade desse serviço, houve uma "aposta" no desenvolvimento do município, em seu crescimento futuro, o que, consequentemente, influenciaria no crescimento do jornal como negócio.

Ainda é possível pensar em outras causas para que o tipo de relação descrita até aqui tenha se concretizado, como: a falta de um profissional graduado desde o princípio ou que oferecesse assessoria para refletir sobre a relação jornal e Poder Público. Outro ponto poderia ser o desfoque a respeito do que é jornalismo na compreensão do proprietário, o qual não completou a formação superior nessa área. Da mesma forma, a preocupação com a sustentabilidade financeira do negócio é sempre presente pelo mercado de atuação (publicidade e assinaturas) ser mais restrito. No entanto, estas são questões a serem investigadas em trabalhos futuros.

Referências bibliográficas

AFUBRA. *Associação dos Fumicultores do Brasil*. Solicitação de dados sobre o Município de Vale do Sol. [Mensagem Institucional]. Mensagem recebida de < mario@afubra.com.br > em : 8 mai. 2009

BAUER, Ana Patrícia. *O Processo Emancipatório de Westfália (RS*): o papel das lideranças políticas locais. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituiçao.htm. Acesso em: 29 mar. 2010.

CAPARELLI, Sérgio. Zanzibar de novas tecnologias: imprensa regional e Zero Hora. In: *Temas Contemporâneos em Comunicação*. São Paulo: Edicom/Intercom, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: O longo caminho. Rio de Janeiro. Editora

Civilização Brasileira. 2001

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. IN: *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. MORAES, Dênis (Org.). 2ª Ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2004.

COSTA, Sergio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1997, vol.12, n.35 ISSN 0102-6909. doi: 10.1590/S0102-69091997000300008.

FEE. Fundação de Economia e estatística. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Vale+do+Sol. Acesso em: 4 de jul. 2010.

IBGE. *Cidades*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432253#. Acesso em: 30 jun. 2010.

MELO, José Marques. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

MONTEIRO, Fernanda de Souza; AFONSO, Maria da Conceição e Lima. *Hipertexto: conceito, histórico, estrutura e padrões*. IN: MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira. (Org.). Informação e Tecnologia: conceitos e recortes. V. 1, Série comunicação da informação digital. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

MUELLER, Airton Adelar. *Criação de novos Municípios, capital social e desenvolvimento.* 2007. 162 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

RIOSERVICE. Disponível em: http://www.rioservice.com/index.php/2009/11/linha-do-tempo-processador-386-e-486/. Acesso em: 10 jun. 2010.

SANTOS, Rogério Santanna dos. *Plano nacional poderá levar banda larga a 88% da população brasileira*. In: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil 2009; CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil, São Paulo, 2010.

SIMÕES, André Geraldo de Moraes. *População, Federalismo, e Criação de Municípios no Brasil: uma análise dos casos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambu- MG, 2004.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 17, nº 48, fev/2002b.

_____. Federalismo, Municípios e decisões Legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. IN: Revista Sociologia Política, Curitiba, 24, p. 123-148, jun. 2005.

Entrevista

FINKLER, Alexandre. Proprietário e supervisor de Redação da Folha Vale do Sol. Entrevista concedida para autora. Candelária. Junho de 2010.